



MATERNIDADE E FORMAÇÃO DOCENTE: FATORES INTERFERENTES NA PERMANÊNCIA DE DISCENTES MÃES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Profa. Claudia Conceição de Souza Santos (SME/Cuiabá-MT) - pedag.claudia.s@hotmail.com

Profa. Dra. Ana Luisa Alves Cordeiro (PPGE/UFMT) - analuisatri@gmail.com

GT 12: FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Resumo:

A mulher do século XXI busca inserir-se no mercado de trabalho por meio de uma formação profissional, é em meio as interfaces de seu gênero que se encontram as maiores dificuldades para conclusão desta formação, por esta razão, este artigo tem por objetivo identificar as estratégias de permanência de discentes mães, na formação docente do curso de licenciatura em Pedagogia, frente as interfaces femininas sob o olhar da maternidade durante o percurso acadêmico. O aporte teórico utiliza de referenciais dos Estudos de Gênero em interface com a Educação, analisando especialmente o conceito de gênero e maternagem, bem como a feminização da Pedagogia. Metodologicamente este artigo se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, exploratória, bibliográfica. As estratégias de permanência podem incluir a participação paterna, vagas em creche, e a rede de apoio que pode ser de um parente, um responsável ou até da própria turma de curso.

Palavras-chave: Maternagem. Gênero. Permanência. Formação docente. Pedagogia.

1 Introdução

A mulher enquanto participante fundamental da sociedade, seja para reprodução biológica seja pela produção de fonte de renda enfrenta diversas dificuldades para desenvolver ambos os papéis esperados na sociedade. Neste artigo discorro sobre os fatores que interferem especialmente na permanência de estudantes mulheres na Educação Superior. É necessário compreender o percurso socialmente construído para a mulher e as estratégias de permanência desenvolvidas pela mulher para realizar suas trajetórias acadêmicas.

Na conjuntura atual da sociedade brasileira, a mulher representa uma grande parcela de mão de obra no mercado de trabalho, com o crescente aumento de acesso a profissionalização, a mulher tem desempenhado diversos papéis a fim de superar as desigualdades naturalizadas em relação ao gênero feminino. De acordo com Silva (2017), a mulher tem ao longo dos anos, através do Movimento Feminista, encontrado abertura e oportunidade de acesso aos bens culturais, à formação e participação ativa na sociedade.

Contudo, este acesso apresenta certo nível de desigualdade quando relacionado ao gênero masculino. Para a mulher, estar inserida no mercado de trabalho, representa uma série de

abdicações e lutas travadas diariamente. Silva (2017) destaca que a luta da mulher pelo acesso ao mercado de trabalho, com condições de igualdade demonstra não apenas a necessidade financeira, mas também as “conquistas alcançadas [...] pelo movimento de emancipação feminina e direitos na sociedade” (SANCHEZ, 2003, p.01 apud SILVA, 2017, p.3).

Torna-se relevante destacar que para a mulher, este acesso ao mercado de trabalho não é uma tarefa que tem sido realizada com pouco esforço, na verdade, a condição imposta à sua posição na sociedade traz uma bagagem extra de encargos que requer da mesma maior esforço quanto ao disposto ao gênero masculino. A necessidade de conciliar as tarefas domésticas, a maternidade e a formação acadêmica, são desafios persistentes para a mulher contemporânea.

Estas questões demonstram a realidade das graduandas na Pedagogia, com o enfoque em sua formação docente. Em uma pesquisa realizada no mês de Janeiro do ano de dois mil e vinte (01/2020), durante a disciplina de Fundamentos e metodologia em matemática II, na turma de pedagogia 3º ano vespertino, demonstra que 66,6% das alunas que participaram do levantamento possuem filhos/filhas. Entre estas, cerca de 37% vivenciaram a maternidade durante o percurso acadêmico. Desta forma, por vezes observa-se que as alunas precisam desenvolver estratégias de permanência para concluírem sua formação docente e ingressarem no mercado de trabalho. IBGE (2003, p.96), ao discutir a representação da figura docente nas décadas anteriores, demonstra que a mulher iniciou no magistério de forma a não se desviar de sua função social/carreira da mulher. É interessante observar que ainda hoje, na contemporaneidade, muitas de nós, mulheres, procuramos conciliar nossa carreira com as “obrigações” socialmente atribuídas e naturalizadas em relação ao gênero feminino.

Sob esta ótica, procuro neste artigo identificar as estratégias de permanência de discentes mães, na formação docente do curso de licenciatura em Pedagogia, frente as interfaces femininas sob o olhar da maternidade durante o percurso acadêmico. Muitas mulheres que buscam uma carreira profissional por meio da formação acadêmica, não deixam de desenvolver sua função esperada socialmente tal como: maternidade, cuidados com o lar, esposa eficiente e que está sempre à disposição dos cuidados com todos a sua volta.

Esta representação social da mulher estudada nos tópicos deste artigo, utiliza referenciais dos Estudos de Gênero em interface com a Educação. Para conceituação de gênero com o embasamento em Auad (2012) e sobre a Educação da mulher em Aranha (2006), e o conceito de Maternagem a partir de Stellin (2011) no qual busco delimitar quais definições serão trabalhadas, facilitando o percurso cognitivo de compreensão.

No tópico dois proponho discorrer sobre o contexto histórico da formação docente e suas representações sob a ótica de Louro (1997), e uma breve apreciação da obra de Arruda (2018), na qual discorre sobre as dificuldades de conciliação entre o mercado de trabalho e a maternidade para as acadêmicas. No tópico três abordarei o conceito de Maternagem conforme Stellin (2011), frente às questões apresentadas a respeito da mulher e o mercado de trabalho, desnaturalizando a feminização do magistério. No tópico quatro, proponho uma reflexão com relação a maternidade e a formação acadêmica. Por fim, apresento as implicações destes aportes teóricos para as trajetórias de formação de acadêmicas da Pedagogia, enfatizando as estratégias de permanência frente as dificuldades na formação.¹

2 Da instrução à ocupação: o que é função da mulher?

A mulher possui diversas representações na sociedade, a partir das quais a mesma desempenha diferentes papéis na sociedade contemporânea. Mas, esta realidade nem sempre foi assim. Durante muitos anos a mulher esteve rodeada de estereótipos que a minimizavam e a tornavam inferior ao homem. A mulher, a partir da luta do Movimento Feminista pôde ao longo das décadas ingressar na sociedade de forma igualitária ao homem.

Na obra de Daniela Auad, (2012), “Educar meninos e meninas” a autora caracteriza o conceito de gênero, como sendo uma construção social que é criada e transformada pela sociedade para atender aos interesses de um determinado grupo. Esta representação de gênero, na qual refere-se a autora, associa-se necessariamente a naturalização que se dá para caracterização dos gêneros. Estas características, sob o discurso de definir o pertencimento de cada grupo tende, historicamente, a afirmar as desigualdades e estimular as relações de poder do masculino sobre o feminino. Para Auad (2012) é preciso

Questionar, e não imediatamente negar, o que percebemos como tipicamente feminino ou tipicamente masculino pode ajudar a notar como muitas diferenças entre homens e mulheres não são naturais. Há de se duvidar do que é visto como “coisa de mulher” e ou como ‘papo de homem’. Termos como estes podem revelar concepções desiguais dos sujeitos. (AUAD, 2012, p.23)

Observando estas reflexões propostas pela autora, podemos destacar que para mulher se igualar, socialmente, ao homem é uma tarefa que lhe requer, além de postura diferenciada, um conhecimento sobre as questões que a rodeiam. O conhecimento de sua condição auxiliará na

¹ Este artigo vincula-se a pesquisa realizada por Claudia Conceição de Souza Santos, no âmbito do Dossiê, trabalho final de curso, na Pedagogia da UFMT, no ano de 2021, sob orientação da Profa. Dra. Ana Luisa Alves Cordeiro.

busca de condições favoráveis para si, que a levará a emancipação tanto econômica quanto social.

A busca pela emancipação econômica, representa atualmente, uma das grandes lutas travadas por mulheres que necessitam ingressar no mercado de trabalho. Estas lutas, são apresentadas na obra de Aranha (2006), “Educação da mulher” em sua obra Filosofia da Educação. A autora demonstra como a mulher se apresentava na sociedade, suas funções e suas perspectivas quanto ao futuro de vida. Estas representações podem ter um olhar positivo, entretanto assim como para Auad (2012), Aranha ainda enfatiza que é preciso ter cautela para que estas diferenças não se tornem desigualdades, como se apresentam atualmente a sociedade.

Dentre as desigualdades, interessa-nos destacar que “O casamento surge como um horizonte permanente para a mulher, fixando-a ao destino de mãe e esposa, ficando a carreira no plano secundário” (ARANHA, 2006, p.92). Esta discussão sobre a funcionalidade da mulher com a família e o contexto doméstico, é relevante pois demonstra como é complicado para a mesma desvincular-se unicamente dos afazeres do lar (se foi treinada apenas para isto) para ingressar ao mercado de trabalho. Para que se obtenha sucesso nesta tarefa a mulher precisa superar uma vasta camada de estereótipos de gênero. Para Aranha (2006),

A reprodução dos estereótipos se dá nos meios de comunicação de massa (novelas, comerciais, filmes, revistas de grande circulação, quadrinhos, etc.) o mesmo acontecendo com religião, a escola, a profissão, as leis, a literatura quando defendes velhas fórmulas preconceituosas. (ARANHA, 2006, p.93).

Durante décadas, o movimento feminista buscou por meio da representatividade modificar a figura da mulher apresentada nos veículos de circulação social, o que tem auxiliado a mulher a superar desigualdades e ingressar no mundo do trabalho. Entretanto, não perdeu ou pouco se diminuiu a cultura do patriarcado, sobrando para a mulher desempenhar o papel materno, familiar, de cuidados e responsabilidade com a criação dos filhos. Sobre esta discussão Aranha (2006) destaca

Atualmente são muitos os problemas que as mulheres trabalhadoras tendem de enfrentar, inclusive para educar os filhos, em virtude da ausência de infra-estrutura para o atendimento social, como creches e escolas [...] penaliza-se a mulher, como se ela fosse culpada pelo fato de ser mãe. (ARANHA, 2006, p.96).

A mulher, na condição de mãe encontra-se vulnerável e requer do Estado, da sociedade e em especial do pai da criança o compartilhamento de responsabilidades para realizar suas atividades, sociais, profissionais e familiar. A falta deste desempenhando sua paternidade de modo presente, responsável e atuante, faz com que muitas vezes a mulher tenha insucesso em sua trajetória profissional, ou que a mesma não flua conforme deveria ser.

3 Desnaturalização do trabalho docente

Na sociedade contemporânea “a entrada da mulher no mercado de trabalho transformou profundamente as relações com a maternagem, pois o tempo de trabalho, não coincide com o tempo necessário à maternidade” (ARRUDA, 2018, p.47). Tornando o estudo necessário em busca da compreensão das novas formas de organização social em que a mulher tende a sair em busca de uma carreira. Arruda (2018) em sua obra busca pesquisar as experiências das docentes quanto a este processo de maternidade. Observa-se que entre as docentes que ali foram questionadas sobre a maternidade representa os temores da sociedade atual

[...] a compreensão dos conceitos e representações do lugar da mulher entre a carreira e a maternidade. Fortalecendo os preceitos teóricos do lugar da mãe como principal cuidadora e responsável pelos filhos, e além disso, demonstrando que apesar de todos os avanços e transformações sociais vividos da década de 1970 até os tempos atuais, as mulheres ainda são e se sentem cobradas em ocupar este lugar. (ARRUDA, 2018, p.57).

Esta cobrança vivida pelas mulheres em seu cotidiano influencia em suas decisões sejam elas quanto a carreira, sejam elas quanto a sociedade. Stellin (2011, p.172) ao discutir o conceito de Maternagem esclarece que o mesmo “diz respeito aos recursos psíquicos que uma mãe emprega para que seu filho se constitua como sujeito”. Este sentimento de responsabilidade torna-se um fardo quando “não compartilhado, seja pela paternidade ou por uma rede de apoio” (ARRUDA, 2018, p.58).

Arruda ao citar Meyer “descreve esse dispositivo da maternidade como ‘práticas de significação e os processos simbólicos, através dos quais os sentidos de maternidade são construídos’, estes sentidos constroem relações de poder [...] demarcando assim os seus lugares sociais”. (MEYER, 2000, p.121 apud ARRUDA, 2018, p.49). Stellin (2011) ao realizar uma pesquisa com mulheres que estão se tornando mães afirma que em todo este processo de maternidade há uma construção psíquica. Desde a descoberta da gravidez até os primeiros seis meses, a mulher carrega consigo uma grande responsabilidade, ainda pouco compartilhada.

Há um discurso que relaciona maternidade e aumento de responsabilidade, as mães renunciam às festas, às saídas à noite, algumas ao trabalho, em nome deste filho. Os laços sociais se deslibidinizam, sugerindo o investimento libidinal que aponta recursos psíquicos de deslocamento para os cuidados ao bebê (STELLIN, 2011, p. 178)

Para as docentes em formação não é diferente, quando observamos o comportamento de uma aluna qualquer, que durante o processo de formação acadêmica descobre uma gravidez não planejada, podemos observar que há um peso em seus ombros para mostrar-se feliz com a realização. Não que esta não seja, mas a obrigação em estar feliz e não se sentir frustrada naquele momento, releva uma crueldade ímpar para com as mulheres. Outras após o nascimento

da criança, não deseja apoiar-se em alguém para auxiliá-la, carregando a criança consigo em todas as suas obrigações, com relação a isto Stelin (2011) expõe

Freud (1914/1996c) discute que os ideais parentais em relação ao filho estão relacionados ao seu próprio narcisismo primário. Para o Bebê é construído um lugar em que estes são o centro de tudo, como nas palavras de Freud, ‘sua majestade o bebê’. A criança é inscrita numa cadeia simbólica na qual está presente o narcisismo dos pais (STELLIN, 2011, p.180).

A fim de “suprir” esta necessidade criada para a mulher -após a modernidade- de ater-se ao lar, a família, aos cuidados maternos surgiu os primeiros modelos de feminização da docência, sendo a escola um espaço feminino. Este ideal buscou “demonstrar que as relações e as práticas escolares devem se aproximar das relações familiares [...] a ação das agentes educativas deve guardar, pois, em semelhanças com a ação das mulheres do lar [...]” (LOURO, 1997, p.88), em outro parágrafo a autora ainda destaca que para a época

[...] entende que casamento e a maternidade, tarefa femininas fundamentais, constituem a verdadeira carreira das mulheres, qualquer atividade profissional será considerada como um desvio destas funções sociais, a menos que possa ser representada de forma a se ajustar a elas [...] pois, toma de empréstimo atributos que são tradicionalmente associados às mulheres, como amor, sensibilidade, o cuidado, etc. (LOURO, 1997, p.96).

Por décadas este conceito de cuidado vinculado a educação, e de responsabilidade da mulher prevaleceu, com ajuda da psicologia e da pedagogia surgem estudos científicos a respeito da formação da infância. Para Louro (1997, p.98) “a medida em que as novas teorias psicológicas e pedagógicas passam a considerar o afeto como fundamental, passam a considerar o amor como parte do ‘ambiente facilitador da aprendizagem’”. Tornando claramente uma função feminina, uma vez que é socialmente construído este ideal ao gênero. Sendo assim o magistério é uma extensão da maternidade, durante décadas há lutas quanto a valorização desta profissão, no qual é uma constituição diversificada com uma “marca política e profissional”

A concepção de uma identidade una, coerente e estável não cabe aqui (na verdade não pode caber em relação a qualquer sujeito ou situação). Não existe tal identidade unitária, tanto porque não há só uma (‘verdadeira’) representação deste sujeito, quanto porque ele não é apenas um professor ou professora (LOURO, 1997, p.108).

Através desta afirmação podemos questionar que nem todas as mulheres possuem o trato para com a criança, de forma a fluir o afeto, assim como muitos homens poderiam de forma normal, lidar com a docência.

Não se pode negar a relevância do afeto na construção da aprendizagem em sala de aula, entretanto, é preciso que se tenha clareza que a formação docente não deve ser uma extensão para maternidade, caso contrário uma “boa” mãe bastaria para ser uma “boa” docente. Estas

afirmações sobre a docência e o feminização da mulher são discutidas por Aranha (2006, p.91), com relação ao mito da feminização revela que “a crítica não tem objetivo a anulação das diferenças que certamente existem entre homem e mulher. Como já dissemos os modelos existem, mas devem ser flexíveis”, e a autora ainda destaca que “em contraposição, todo estereótipo é rígido, preconceituoso e geralmente se encontra a serviço da dominação”.

A escolha da docência, como podemos perceber, ainda sofre por estes estereótipos da feminização, desmerecendo qualquer que queira ingressar-se. Por outro lado, atenhamo-nos em nossa discussão a respeito do ingresso ao mercado de trabalho pela mulher. Como podemos observar a docência é escolhida - muitas vezes - por ser uma forma de complemento da família, seja financeiramente ou pelo tempo de distanciamento do lar. Atualmente a/o docente pode escolher trabalhar meio turno, para muitas mulheres, esta é uma “saída” para continuar a cumprir suas obrigações maternas e do Lar.

4 Implicações da maternidade durante a formação docente

Cabe-nos então identificar as estratégias criadas pelas mulheres para adaptarem-se frente as questões da feminização, do gênero, da maternidade e maternagem. Ainda que estas terminologias sejam direcionadas para mulher, cada uma implica em estudos de diferentes contextos, pois na feminização discute-se as questões referentes ao gênero, a sociedade e como relacionar-se com as problemáticas desta condição. Já com relação a maternidade referimo-nos exclusivamente às questões biológicas da concepção, do gerar, conceber e criar. E a maternagem relaciona-se exclusivamente com a psique, as condições em que o psicológico da mulher é influenciado para tomada de decisões frente a situação de maternidade.

Enquanto leitor/a, pôde perceber que para cada autora citada –propositadamente escolhi Autoras, já que falo sobre mulher- propus-me a esclarecer os conceitos acima discutido, e este é o objetivo maior para a compreensão das estratégias de permanência na educação superior. É preciso saber ver o indivíduo como um ser socialmente construído, influenciado não apenas pelo biológico, mas também pelo social e pelo psíquico. Ao estudar as concepções de Foucault sobre as relações de poder, Arruda (2018) discute acerca do dispositivo da maternidade

A compreensão do conceito de dispositivo, de que práticas discursivas produzem ideologias e subjetividades a partir das representações criadas para os papéis sociais, nos permitem o questionamento das escolhas e liberdades individuais, bem como, diante da escolha da maternidade, observar e analisar de que forma as práticas discursivas sociais sustentam ou ditam o lugar da mulher que é mãe. (ARRUDA, 2018, p.50).

É possível através deste discurso de Arruda afirmar que não há problema na escolha exclusiva pela maternidade, se essa representar uma escolha do indivíduo, uma vontade desassociada das obrigações sociais. Esta identificação de liberdade individual é ampla quando vista sob a ótica de Aranha (2006, p.96) que ao discursar sobre a identidade e autonomia enfatiza “a luta das mulheres não é contra os homens nem contra a obrigação de educar os filhos, mas que a busca da identidade e autonomia empreendida por elas supõe que os próprios homens reconsiderem a anacrônica separação de papéis”. Com relação a esta afirmação a despeito da separação de papéis, Arruda (2018), em sua pesquisa, ao questionar uma mãe sobre o compartilhamento da responsabilidade paterna releva

Observa-se que, apesar da divisão do trabalho doméstico e cuidados dos filhos não ser igualitário entre o casal, existe um deslocamento do pai em direção a este espaço outrora completamente designado às mulheres. Entretanto, a autora ressalta que existe uma dificuldade da mulher de delegar o poder da educação dos filhos, e controle da gerência doméstica. (ARRUDA, 2018, p.55).

As relações de poder de Foucault citado por Arruda (2018), chamam a atenção por salientar este grande diferencial, bem lógico talvez, mas pouco discutido. O desejo de manipulação do poder que a mulher exerce na maternidade, e que em partes dificulta a participação paterna por ser o único espaço restante de dominação para a mulher.

Dentre este leque de possibilidades de fracasso da permanência das acadêmicas na educação superior, encontramos diferentes dificuldades quanto a permanência. Em janeiro de 2020, durante a disciplina de Fundamentos e Metodologia em Matemática II, na turma de pedagogia 3º ano vespertino, foi realizada uma pesquisa que evidenciou que 66,6% das alunas que participaram do levantamento possuem filhos/filhas. Entre estas, cerca de 37% vivenciaram a maternidade durante o percurso acadêmico. Desta forma, por vezes observa-se que as alunas precisam desenvolver estratégias de permanência para concluírem sua formação docente e ingressarem no mercado de trabalho.

Louro (1997 p.96), ao discutir a representação da figura docente nas décadas anteriores, revela que a mulher iniciou no magistério de forma a não se desviar de sua função social/carreira da mulher. É interessante observar que ainda hoje, na contemporaneidade, muitas de nós, mulheres, procuramos conciliar nossa carreira com as “obrigações” socialmente atribuídas e naturalizadas em relação ao gênero feminino. Mendes (2020, p.151) enfatiza que “atividades pensadas historicamente como domésticas [...] têm sido usualmente pensada em oposição à ideia de ‘trabalho’, fora de casa, usualmente desempenhado por um ‘provedor’”.

Da pesquisa realizada na turma de pedagogia, citada acima, observa-se que há entre o público das acadêmicas uma porcentagem maior que enfrentam além das dificuldades pessoais a necessidade de conciliação da maternidade com o curso. Casos de mães que procuram conciliar os cuidados maternos enquanto assistem as aulas são cada vez mais frequentes em noticiários e redes sociais, e na realidade de quem cursa Pedagogia.

Situações em que a mães se encontram sozinha na criação das crianças encontra-se frequente em noticiários, isto demonstra a realidade brasileira de muitos lares, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre os anos de 2000 e 2010 cerca de 24,8% dos lares com filhos/as tiveram a mulher como única responsável pelo sustento. Entretanto é provável que este número seja maior se desconsideramos os lares em que o pai da criança colabora com certa renda para pensão (lei 5.478 de julho de 1968). Muitos pais colaboram significativamente pouco. Outros são procurados pela polícia, caso a mãe dê parte da falta de pagamento, porém, vale ressaltar que ainda é pouca a participação paterna nos custeios e sustento do lar, levando a mãe a ser a única responsável por ele.

Ainda de acordo com o IBGE, as mulheres que possuem filhos/as e participam ativamente de alguma ocupação (trabalho oficial ou escolarização) são maiores das mães de filhos/as que estão matriculados em creche, cerca de 65,4 %. Entre as dificuldades apresentadas pelas mulheres que necessitam ausentar-se do lar está a falta de vagas em creche para até 3 anos ou creche que ficam em localidades distantes.

Para sanar estas dificuldades, muitas mães escolhem locomover-se com seus filhos para seus locais de estudo ou até trabalho, na qual sofrem com julgamento da sociedade por expor a criança ao ambiente impróprio. Para Luckesi (2020, p.154), “uma estratégia mobilizada com alguma frequência, especialmente entre as estudantes que não tem outra possibilidade, é a de levar suas filhas para universidade”. Porém, ainda para a autora, outro desafio é exposto para esta mãe estudante, a compreensão do Docente para a presença de crianças em suas aulas. Muito comum encontrar nos registros da autora falas de mães que revelam terem sentido menosprezadas, ignoradas ou até mesmo renegadas de seus direitos. A rede de apoio docente para mães estudantes é fundamental para a permanência e sucesso na profissionalização da mulher.

Para que seja possível tal ação de apoio e compreensão por parte dos docentes, torna-se necessário o conhecimento histórico das dificuldades que a mulher vem ao longo dos anos superando para diminuir as desigualdades do gênero.

5 Agentes da permanência na Educação Superior

Frente aos desafios colocados, é possível identificar uma série de estratégias de permanência na educação superior usadas pelas docentes afim de ter êxito em sua carreira profissional. Das concepções estudadas sobre a feminização, a maternidade e a maternagem, consideramos fundamental relacionar cada conceito com sua possível ação-reflexão da prática.

Com relação a Feminização e os conflitos sociais de gênero, uma das estratégias que se apresentam é o apreço ao conhecimento, uma das causas pelas quais alunas/alunos ingressam no ensino superior e permanecem é o desejo de aprender como se dão estas relações sociais, agarradas/os na esperança de que os conhecimentos as/os façam produzir mudanças ao seu redor.

Outra estratégia de permanência no ensino superior identificada é a Rede de apoio (ARRUDA, 2018, p.51). O parentesco toma um espaço significativo no compartilhamento da criação e cuidado com a criança. Para que isto ocorra é preciso a superação de duas etapas: confiança no parente a quem se destinará a “missão” de apoio e o compartilhamento de poder materno. Estas duas ações podem auxiliar a mãe no cumprimento de suas obrigações sociais e com os cuidados com a criança que ainda é indefesa e necessita de cuidados.

O compartilhamento de poder sobre a educação da criança com a paternidade, torna-se uma estratégia de permanência na educação superior, já que, a mãe terá tempo para dedicar-se ao/à filho/filha e tempo para dedicar-se a sua formação. O grande diferencial neste caso é o fato de ambos estarem embutidos de suas obrigações quanto à criança, esta relação igualitária de poder traz grandes benefícios para ambos, pois “as relações entre iguais são mais criativas, generosas, plenas e transparentes” (ARANHA, 2006, p.96).

Contudo, mesmo com estas estratégias de permanência que podem auxiliar a mulher na permanência na educação superior, existe algo que sobressai a qualquer um destes discursos. A cobrança da sociedade com relação a mãe talvez seja um dos grandes desafios para as mulheres que desejam construir uma carreira. Segundo Stelin, Monteiro, Albuquerque, Marques (2011, p.176) “percebemos que a exigência social é investida no lugar do desejo, na inexorável de não recusar a maternidade”.

A Maternagem ao discutir este processo psíquico realizado pela mãe, que a fim de constituir um sujeito pleno assume a total responsabilidade por este ser, demonstra que o mesmo faz parte do grande conflito materno. Deixar a criança aos cuidados de outra pessoa traz em si

um peso na consciência que muitas mulheres –por razões psicológicas- não conseguem realizar. Nestes conflitos sobre a separação, Stellin, Monteiro, Albuquerque, Marques (2011, p.181) relatam que “aponta um vínculo constituído pelos receios da perda”, o medo de deixar este ser inocente aos cuidados de outrem, mas posteriormente as autoras salientam “essa separação física abre espaço para separação simbólica necessária ao sujeito”. As autoras consideram necessário que “mãe e filho devem renunciar ao investimento narcísico fundador da relação mãe/bebê” (p.180).

Convém esclarecer que há um tempo determinado para esta separação, reconhecemos que nos primeiros meses de vida a criança tem a completa carência do afeto, de cuidados e de desenvolvimento. Entretanto, este vínculo não será quebrado caso a mãe tenha que se ausentar, por tempo delimitado, para dedicar-se à educação superior. Talvez caiba a mãe buscar auxílio profissional caso não consiga realizar esta separação no tempo hábil.

Este tempo de separação, atualmente, é aos quatro anos de idade da criança, já que tornou obrigatório a matrícula na educação infantil segundo a Constituição Federal de 1988, emenda 59/2009, artigo 208. Mas ainda novos, enquanto bebê, é possível se distanciar se houver outra estratégia de cuidado para a criança.

Outra estratégia de permanência das mães estudantes, pode ser o auxílio financeiro concebido por instituição governamental para que mães possam dedicar-se aos estudos e suprir as necessidades físicas e materiais que a criança possui. Atualmente o auxílio maternidade, assegurado pela lei nº 8.213/1991, garante a mulher apenas quatro meses de fonte de renda, e este caso é específico para mulheres que tenham contribuído com o imposto nacional. Mendes (2020) ao enfatizar a importância de um auxílio financeiro para mães estudantes, salienta que muitas destas mulheres desistem de seus cursos para trazer o sustento, há também casos em que a tripla jornada pela busca desta fonte de renda torna o percurso acadêmico ainda mais complexos.

É preciso pensar em meios que tornem a vivência da maternidade e a necessidade da reprodução biológica, mais consciente das necessidades da mulher e das obrigações socialmente construídas. Meios que diminuam as desigualdades enfrentadas diariamente pelo gênero feminino, meios estes que anteriormente chamamos de: redes de apoio (entre as discentes na sala de aula), Mobilização Coletiva (ingresso em grupos coletivos de incentivem umas as outras a superar suas dificuldades); Rede de apoio docente (professores que proporcionem uma segunda alternativa para mães que comprovarem dificuldades que não atrapalham seu aprendizado final); criação de espaços de creches nas instituições de ensino,

para que mães possam deixar suas crianças sem prejudicar o tempo de deslocamento; disponibilidade de vagas em creches e escolas para que possam estudar; A participação paterna nas obrigações com a criança, propositadamente deixei este por último à mencionar por ser o de maior relevância, garantido por lei o pai deve despojar dos mesmo deveres da mãe, sejam ambos casados ou não, porém ainda pouco encontramos de relatos desta participação efetiva. Além de que avançamos na questão de pensar na participação da parceria afetiva como algo restrito ao “pai” enquanto homem, mas ampliamos para pensar também a participação paterna ou materna no caso de relações homoafetivas, de ambas as partes.

6 Considerações finais

Ao considerar o percurso histórico vivenciado pela mulher, foi possível compreender que apesar das mudanças sociais que favorecem a igualdade ao gênero feminino, ainda há questões e crenças sociais que potencializam as dificuldades já superadas, como ter acesso a educação e o direito a formação profissionalizante. Ao refletir sobre o acesso a educação conquistada através do movimento feminista, também faz-se necessário pensar como este acesso tem sido efetivamente realizado atualmente, de forma a abranger as necessidades reais da mulher enquanto cidadã historicamente depreciada.

Este processo de reflexão sobre a permanência na Educação Superior de mães estudantes considerou, além de fatores internos como a psique (Maternagem), os fatores externos como a sociedade, a participação do Estado e a maternidade compartilhada com o/a parceiro/a, seja ela/ela o pai ou não, e com a rede de apoio. Ao longo desta reflexão foi preciso considerar que o êxito na formação de mulheres, tanto no âmbito profissional quanto social, depende de agentes influenciadores que dão suporte necessário nas dificuldades enfrentadas com intuito de minimizar os danos e estimular a igualdade entre os gêneros.

Além destes agentes influenciadores que contribuem para a permanência da mulher, é preciso considerar que os fatores internos da psique da mulher estejam de sobremaneira equilibrados, saudável. Para que quando necessário a mulher saiba separar seu papel materno do papel profissional, pois a educação infantil e ensino básico, como já vimos, se desvincula dos cuidados maternos para um ensino formal, centrado em aprendizagens significativas no âmbito integral.

Possibilitar a mulher a oportunidade de profissionalizar auxiliando com sua permanência e conclusão desta profissionalização é trabalhar em prol de diminuir as desigualdades entre os

gêneros. Assim, mesmo transparecendo que a desigualdade imposta ao gênero feminino seja profunda e fortemente enraizada na ideologia machista, é preciso considerar que há fatores que tornarão a vivência de mães na Educação Superior um sucesso, a ênfase da educação não deve ser apenas o fim (diploma) mas também o meio (o processo), para refletir como mães estudantes são amparadas nesta trajetória.

Quando falamos da importância de lutar pelo direito a igualdade e o respeito às diferenças e diversidades, falamos sobre compreender que para a mulher a trajetória rumo aos direitos conquistados possuem uma conexão extra, a de dar vida e suporte a uma nova vida, vida de seu filho e/ou sua filha.

Referências

ARANHA, M.L. de Arruda. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Moderna, 2006.

ARRUDA, Raisia Pinheiro. **Equilibristas: mães, mulheres e docentes universitárias**. Fortaleza: Programa de Mestrado em Saúde Coletiva, 2018.

AUAD, Daniela. **Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 18 fev. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Características da população e dos domicílios. Resultado do Universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?busca=1&id=1&idnoticia=2747&t=estatisticas-genero-mostram-como-mulheres-vem-ganhando-espaco-realidade-socioeconomica-pais&view=noticia>. Acesso em: 28 fev. 2020.

IBGE. **Estatística de Gênero**. 2014. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?busca=1&id=1&idnoticia=2747&t=estatisticas-genero-mostram-como-mulheres-vem-ganhando-espaco-realidade-socioeconomica-pais&view=noticia>. Acesso em: 31 jan. 2020.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MENDES. Maíra Tavares. **Mães na universidade: trabalho reprodutivo e estratégias de permanência**. Revista Femininos, vol.8, n.3, .149-163. Dez. 2020.

SILVA, Marxuel dos Reis. Mulher no mercado de trabalho: a busca pela quebra de paradigmas impostos pela sociedade. **XIV EVIDOSOL e XI CILTEC-Online**. UEMG/Unidade Carangola. Junho/2017.

STELLIN, Regina M. R.; MONTEIRO, Camila F. d'Almeida; ALBUQUERQUE, Renata A.; MARQUES, Cláudia M. X. C. Processos de Construção de Maternagem. Feminilidade e Maternagem: recursos psíquicos para o exercício da maternagem em suas singularidades. **Estilos das clínicas** [online], v. 16, n. 1, 2011, p. 170-185